



INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA

**ANALISTA PREVIDENCIÁRIO –
JURÍDICO**

CÓDIGO DA PROVA

S09 V
TARDE

Verifique se o código da Prova é o mesmo do seu cartão de respostas. De acordo com o edital, o candidato que fizer prova com código diferente será eliminado.

**TRANSCREVA, EM ESPAÇO DETERMINADO NO SEU CARTÃO DE
RESPOSTAS, A FRASE DE ALBERT EINSTEIN PARA EXAME GRAFOTÉCNICO**

“A mente que se abre a uma nova ideia, jamais voltará ao seu tamanho original.”

ATENÇÃO:

Duração da prova: 4 horas.

Este caderno contém 50 questões de múltipla escolha, cada uma com 5 alternativas de resposta – A, B, C, D e E – conforme disposição abaixo e Discursiva.

Disciplinas	Quantidade de questões	Valor da questão
Conhecimentos Básicos e Específicos		
Língua Portuguesa	5	2
Noções de Administração Pública	5	2
Legislação Previdenciária	5	2
Noções de Direito Administrativo	3	2
Noções de Direito Constitucional	2	2
Conhecimentos Especializados		
Conhecimentos na Área de Formação	30	2

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.
O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do Cartão de Respostas e Folha de Respostas.

LEIAS INSTRUÇÕES ABAIXO:

Siga, atentamente, a forma correta de preenchimento do Cartão de Respostas, conforme estabelecido no próprio. Não haverá substituição do Cartão de Respostas e/ou da Folha de Respostas da Prova Discursiva por erro do candidato.

Por motivo de segurança:

O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova;
Somente faltando 1 (uma) hora para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões;
O candidato que optar por se retirar sem levar o seu Caderno de Questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
O descumprimento dessa determinação será registrado em ata e acarretará a eliminação do candidato; e
Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Ao terminar a prova, é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o Cartão de Respostas assinado e a Folha de Respostas da Prova Discursiva. Não se esqueça dos seus pertences.

A Discursiva deverá ser desenvolvida na Folha de Resposta, personalizada e desidentificada pelo candidato, que deverá destacar o canhoto que contém seus dados cadastrais. A Folha de Respostas da Prova Discursiva é o único documento válido para a correção.

O preenchimento da Folha de Respostas da Prova Discursiva será de sua inteira responsabilidade.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o Cartão de Respostas e a Folha de Respostas da Prova Discursiva.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

Texto para responder às questões de 01 a 05.

O gato preto

Não espero nem peço que acreditem na narrativa tão estranha e ainda assim tão doméstica que estou começando a escrever. Louco, de fato, eu seria se esperasse por isso, num caso em que até os meus sentidos rejeitam seu próprio testemunho. No entanto, louco eu não sou - e com toda certeza eu não estou sonhando. Mas se morro amanhã, hoje alivio minha alma. O meu objetivo imediato é apresentar ao mundo, sucintamente e sem comentários, uma série de eventos meramente domésticos. Em suas consequências, tais fatos aterrorizaram - torturaram - destruíram minha pessoa. No entanto, não vou tentar explicá-los. Para mim representam apenas horror - para muitos vão parecer menos terríveis do que barrocos. No futuro, talvez, algum intelecto será capaz de reduzir meu fantasma ao lugar-comum - algum intelecto mais calmo, mais lógico, e muito menos excitável que o meu, que vai perceber, nas circunstâncias que detalho com pasmo, nada mais que uma habitual de causas e efeitos muito naturais.

Desde criança que eu era conhecido pela docilidade e humanidade do meu caráter. O meu coração era tão terno que fez de mim um objeto de escárnio dos meus camaradas. Gostava particularmente de animais e os meus pais autorizavam-me a ter uma grande variedade de bichos de estimação. Com eles passava a maior parte do tempo e nunca me sentia tão feliz como quando os alimentava e acarinhava. Esta peculiaridade do meu caráter cresceu comigo e em adulto derivava daí uma das minhas principais fontes de prazer. Para quem já alguma vez amou um cão fiel e sagaz, não preciso dar-me ao trabalho de explicar a natureza ou intensidade da satisfação daí emanada. Algo existe no amor desinteressado e generoso de uma besta que vai direito ao coração daquele que teve frequentemente a ocasião de avaliar a fraca amizade e a evanescente fidelidade do homem vulgar.

POE, Edgar Allan (1978) "O gato preto". In _____. *Histórias extraordinárias*. Trad. Breno da Silveira e outros. São Paulo: Abril Cultural, p.39-51.

Questão 01

Sobre o texto leia as afirmativas a seguir.

- I. O texto apresenta um personagem narrador que vive seu presente, mas conta algo que ocorreu no passado.
- II. O personagem narrador conta algo que se passa em seu momento presente.
- III. A estratégia utilizada na construção do tempo narrativo intenciona a percepção de que os fatos passados têm muita importância e afetam o presente.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) III.
- E) II.

Questão 02

Sobre os elementos destacados do fragmento "No entanto, louco eu não sou - e com toda certeza eu não estou sonhando.", leia as afirmativas e assinale a correta.

- A) NO ENTANTO pode ser substituído, sem prejuízo do sentido original, por TODAVIA.
- B) Os verbos que compõem as orações são significativos.
- C) A expressão COM TODA CERTEZA pode ser substituída por PROVAVELMENTE.
- D) LOUCO, sintaticamente, é um aposto.
- E) SONHANDO é forma nominal de particípio do verbo SONHAR.

Questão 03

Do ponto de vista da norma culta, o segmento destacado em "O meu coração era tão terno QUE FEZ DE MIM UM OBJETO DE ESCÁRNIO DOS MEUS CAMARADAS." possui valor de:

- A) proporção.
- B) conformidade.
- C) finalidade.
- D) consequência.
- E) causa.

Questão 04

Outra redação para a frase “No futuro, talvez, algum intelecto será capaz de reduzir meu fantasma ao lugar-comum – algum intelecto mais calmo, mais lógico, e muito menos excitável que o meu.” em que se preservam a clareza e a correção, é:

- A) No futuro, embora algum intelecto seja capaz de reduzir meu fantasma ao lugar-comum – algum intelecto mais calmo, mais lógico, será muito menos excitável que o meu.
- B) No futuro, decerto, algum intelecto será capaz de reduzir meu fantasma ao lugar-comum – algum intelecto mais calmo, mais lógico, e muito menos excitável que o meu.
- C) No futuro, da mesma forma que um intelecto será capaz de reduzir meu fantasma ao lugar-comum – talvez outro mais calmo, mais lógico, e muito menos excitável que o meu o fará.
- D) No futuro, assim como hoje, algum intelecto seria capaz de reduzir meu fantasma ao lugar-comum – algum intelecto mais calmo, mais lógico, e muito menos excitável que o meu.
- E) No futuro, portanto, algum intelecto fosse capaz de reduzir meu fantasma ao lugar-comum – algum intelecto mais calmo, mais lógico, e muito menos excitável que o meu.

Questão 05

Considere as seguintes afirmações sobre aspectos da construção do texto:

- I. Na frase “eu seria SE esperasse por isso.”, a palavra destacada tem valor condicional.
- II. Em “No entanto, não vou tentar explicá-LOS.”, o termo destacado exerce a função de objeto indireto.
- III. Na frase “não PRECISO dar-me ao trabalho de explicar a natureza ou intensidade da satisfação daí emanada.”, o verbo destacado aponta para o sentido de exatidão.

Está correto apenas o que se afirma em:

- A) II.
- B) I.
- C) I e II.
- D) I e III.
- E) II e III.

Noções de Administração Pública**Questão 06**

Acerca da Jurisprudência dos Tribunais Superiores quanto à Responsabilidade Civil do Estado, assinale a assertiva correta.

- A) O prazo prescricional das ações indenizatórias ajuizadas contra a Fazenda Pública é de 02 (dois) anos.
- B) A responsabilidade civil do Estado por condutas omissivas é objetiva, devendo ser comprovados a negligência na atuação estatal, o dano e o nexo de causalidade.
- C) É subjetiva a responsabilidade civil do Estado pelas lesões sofridas por vítima baleada em razão de tiroteio ocorrido entre policiais e assaltantes.
- D) O Estado tem o dever de indenizar os familiares do preso que cometeu suicídio dentro de uma unidade prisional.
- E) A Administração Pública pode responder civilmente pelos danos causados por seus agentes, exceto se amparados por causa excludente de ilicitude penal.

Questão 07

De acordo com a Constituição Federal de 1988, é privativo de brasileiro nato o cargo de:

- A) Governador de Estado.
- B) Prefeito de Município.
- C) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- D) Ministro de Estado da Defesa.
- E) Senador da República.

Questão 08

O ato de provocar animosidade entre as classes armadas ou contra elas, ou delas contra as instituições civis, previsto na Lei nº 1.079/1950 (Lei dos Crimes de Responsabilidade), é classificado como crime de responsabilidade contra o(a):

- A) exercício dos direitos políticos, individuais e sociais.
- B) lei orçamentária.
- C) probidade na administração.
- D) livre exercício dos poderes constitucionais.
- E) segurança interna do país.

Questão 09

O funcionário público que exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função, ou antes, de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida, comete o crime de:

- A) corrupção passiva.
- B) advocacia administrativa.
- C) peculato.
- D) prevaricação.
- E) concussão.

Questão 10

Quanto à Lei Complementar nº 79, de 21 de janeiro de 2013, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos servidores do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa, assinale a assertiva correta.

- A) Considera-se carreira a trajetória profissional estabelecida para cada um dos cargos efetivos abrangidos por esta Lei, organizados conforme as suas especialidades, classes e padrões, mediante provimento originário.
- B) Os dispositivos desta Lei Complementar fundamentam-se nos princípios constitucionais da legalidade, igualdade, pessoalidade, moralidade e eficiência.
- C) Fica estabelecida jornada de trabalho de 36 (trinta e seis) horas semanais para os servidores abrangidos pelo regime estabelecido através da presente Lei.
- D) Considera-se cargo o conjunto de carreira que integra o Quadro Permanente regido pelo Estatuto do Servidor Municipal.
- E) O vencimento dos servidores públicos do Instituto de Previdência do Município será fixado ou alterado por Lei, observado ato privativo do Chefe do Poder Executivo Estadual.

Legislação Previdenciária**Questão 11**

O regime próprio de Previdência Social – RPPS instituído pelo artigo 40 da Constituição Federal prevê entre seus participantes os seguintes:

- A) Aos servidores públicos e ocupantes de cargo em comissão.
- B) Aos servidores públicos incluindo os ocupantes de mandato eletivo.
- C) Exclusivamente para empregados públicos que tenham prestado concurso público.
- D) Exclusivamente, o servidor público titular de cargo efetivo.
- E) Qualquer brasileiro que realize as contribuições necessárias ao custeio do plano.

Questão 12

Uma entre as opções a seguir é um critério legal para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal. Aponte a alternativa correta.

- A) Cobertura de um número mínimo de segurados, de modo que os regimes possam garantir diretamente a totalidade dos riscos cobertos no plano de benefícios, preservando o equilíbrio atuarial sem necessidade de resseguro, conforme parâmetros gerais.
- B) Registro contábil generalizado das contribuições mutualistas, conforme diretrizes gerais.
- C) Realização de avaliação atuarial inicial e a cada 5 (cinco) anos, utilizando-se parâmetros gerais, para a organização e revisão do plano de custeio e benefícios.
- D) Cobertura exclusiva a servidores públicos titulares de cargos efetivos e a militares, e a seus respectivos dependentes, de cada ente estatal, sendo possível o pagamento de benefícios, mediante convênios ou consórcios entre Estados, entre Estados e Municípios e entre Municípios.
- E) Pleno acesso dos segurados às informações relativas à gestão do regime e participação de representantes dos servidores públicos, à exceção dos militares e dos militares, nos colegiados e instâncias de decisão em que os seus interesses sejam objeto de discussão e deliberação.

Questão 13

O Instituto de Previdência do Município de João Pessoa tem, entre seus princípios, o seguinte item:

- A) uniformidade da base de financiamento.
- B) seletividade e distributividade na prestação dos benefícios.
- C) fundamentação lastreada em normas de atuária, não de contabilidade, de modo a garantir o seu equilíbrio atuarial.
- D) custeio uniforme pelo Município.
- E) diversidade e equivalência dos benefícios.

Questão 14

Mantém a qualidade de dependente com o Instituto de Previdência do Município de João Pessoa em apenas um dos casos a seguir. Aponte a alternativa correta.

- A) O irmão, que more na mesma residência do instituidor da pensão.
- B) O companheiro, após a cessação da união estável, quando recebe pensionamento.
- C) O cônjuge após separação judicial ou divórcio, mesmo sem pensionamento, desde que o casamento tenha duração superior a 20 (vinte) anos.
- D) A irmã, após a cessação da invalidez, desde que a invalidez tenha perdurado por mais de 10 (dez) anos.
- E) O filho, com 17 anos, mesmo se emancipado.

Questão 15

São benefícios expressamente previstos em lei para o Regime Próprio de Previdência Social do Município de João Pessoa os seguintes:

- A) I - quanto ao segurado: a) aposentadoria por tempo de contribuição; b) aposentadoria por idade; c) aposentadoria compulsória; d) aposentadoria por invalidez; e) aposentadoria especial; f) abono de permanência; g) salário-maternidade.
II - quanto ao dependente: a) pensão por morte; b) auxílio-reclusão.
- B) I - quanto ao segurado: a) aposentadoria por tempo de contribuição; b) aposentadoria por idade; c) aposentadoria compulsória; d) aposentadoria por invalidez; e) aposentadoria especial; f) auxílio-doença; g) salário-família; h) salário-maternidade.
II - quanto ao dependente: a) pensão por morte; b) auxílio-doença.
- C) I - quanto ao segurado: a) aposentadoria por tempo de serviço; b) aposentadoria por idade; c) aposentadoria compulsória; d) aposentadoria por invalidez; e) aposentadoria especial; f) auxílio-doença; g) auxílio-reclusão; h) salário-maternidade.
II - quanto ao dependente: a) pensão por morte.
- D) I - quanto ao segurado: a) aposentadoria por tempo de contribuição; b) aposentadoria por idade; c) aposentadoria compulsória; d) aposentadoria por invalidez; e) aposentadoria especial; f) auxílio-doença; g) salário-família; h) salário-maternidade.
II - quanto ao dependente: a) pensão por morte; b) auxílio-reclusão.
- E) I - quanto ao segurado: a) aposentadoria por tempo de serviço; b) aposentadoria por idade; c) aposentadoria compulsória; d) aposentadoria por invalidez; e) aposentadoria especial; f) salário-maternidade.
II - quanto ao dependente: a) pensão por morte; b) pensão por invalidez.

Noções de Direito Administrativo

Questão 16

De acordo com a disciplina dos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) O Poder Judiciário pode revogar ato administrativo de outro Poder, por não envolver questão de mérito.
- B) Os atos vinculados são revogáveis, pois todos os seus elementos estão especificados na lei.
- C) No que tange aos efeitos, a anulação dos atos administrativos produz efeitos *ex nunc*.
- D) Exigibilidade permite o uso da força física já que são meios diretos de coerção.
- E) Os atos vinculados admitem análise de oportunidade e conveniência, no caso de licença para construir.

Questão 17

Acerca de licitações e contratos administrativos, assinale a opção correta.

- A) A Lei prevê a caução que poderá ser prestada em dinheiro, título da dívida pública, a fiança bancária ou seguro garantia, a critério do contratante público.
- B) Em caso de descumprimento contratual, a garantia contratual não isenta o Estado de cobrar indenização excedente em caso de o prejuízo ultrapassar o valor da caução.
- C) É possível que a Administração Pública exija do contratado a garantia do contrato, mesmo que essa condição esteja prevista no edital, mas é inadmissível descontar da garantia o valor da penalidade de multa aplicada ao contratado.
- D) A garantia contratual gira em torno de até 10% do valor do contrato e tem, como exceções, obras de grande vulto que poderá alcançar 15% do valor do contrato.
- E) Em caso de cumprimento e adimplemento de todos os seus termos pelo contratado, a garantia do contrato deverá ser devolvida com correção do valor, independentemente do tipo da caução.

Questão 18

Com relação à organização administrativa e à administração indireta, assinale a alternativa correta.

- A) Acerca das normas aplicáveis à responsabilidade civil das entidades estatais, é irrelevante analisarem a atividade que executam.
- B) A fiscalização do Ministério Público Estadual, em face às fundações de direito público é aplicável, uma vez que essas entidades se sujeitam à fiscalização decorrente da supervisão ministerial.
- C) Empresa pública admite qualquer forma societária prevista em direito, menos, na forma de sociedade unipessoal.
- D) Impedimento de participar do capital de uma empresa pública os entes da administração indireta, ainda que possuam personalidade de direito privado.
- E) As autarquias estão sujeitas ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeitos senão depois de confirmada pelo tribunal, a sentença.

Noções de Direito Constitucional

Questão 19

Sobre o poder constituinte difuso, assinale a alternativa correta.

- A) Possui limites expressos e implícitos ao poder de reforma.
- B) É chamado também de poder constituinte decorrente reformador.
- C) Atua na etapa de primogeneidade constitucional.
- D) Manifesta-se por intermédio das mutações constitucionais.
- E) Apresenta, como uma de suas características, a formalidade, vez que promana da linguagem prescritiva do legislador constituinte.

Questão 20

Considerando que Prefeito e Vice-Prefeito do Município X vieram a óbito em um acidente de carro, como são estabelecidas suas sucessões, de acordo com o entendimento do STF?

- A) Cumpre à Constituição Estadual disciplinar a ordem de vocação das autoridades municipais, tendo em vista dependência dos Municípios aos Estados.
- B) Devem prevalecer as orientações prescritas na Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), em observância ao princípio da simetria federativa.
- C) A Lei Orgânica Municipal deve disciplinar o processo de escolha dos sucessores, sendo necessariamente de acordo com o prescrito na Constituição Estadual.
- D) Nos Municípios com menos de 300 (trezentos) mil eleitores, a dupla vacância será definida na Carta Política Estadual.
- E) A definição incumbe à Lei Orgânica do Município X, em cumprimento ao princípio da separação de Poderes e autonomia federativa.

CONHECIMENTOS ESPECIALIZADOS**Conhecimentos na Área de Formação****Questão 21**

Sobre os direitos e garantias fundamentais, está correto afirmar que a(o):

- A) acesso à informação é assegurado a todos, sem garantia do sigilo da fonte.
- B) associação para fins lícitos pode ter caráter paramilitar.
- C) violação da vida privada enseja o recebimento de indenização por dano moral.
- D) pequena propriedade rural não será objeto de penhora em hipótese alguma.
- E) manifestação do pensamento é livre, permitindo-se o anonimato.

Questão 22

Com relação aos princípios constitucionais de Seguridade Social, é correto afirmar que:

- A) a seguridade social será financiada apenas de forma indireta, mediante recursos provenientes dos orçamentos dos entes públicos.
- B) um dos princípios da seguridade social é a cobertura e o atendimento seletivos.
- C) a Previdência Social está organizada sob a forma de filiação facultativa.
- D) a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à propriedade privada, à previdência e à assistência social.
- E) as disposições constantes dos §§ 5º e 6º do art. 201 da Constituição Federal são autoaplicáveis.

Questão 23

Com referência às funções essenciais à Justiça, assinale a afirmativa correta.

- A) O advogado é indispensável à administração da justiça, sendo inviolável por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- B) As defensorias públicas estaduais gozam de autonomia funcional e administrativa, sendo a iniciativa de sua proposta orçamentária subordinada aos governadores de estado.
- C) O chefe do Ministério Público Federal pode ser destituído de seu cargo por iniciativa reservada aos membros da Câmara de Deputados.
- D) Compete ao Ministério Público promover, privativamente, a ação penal privada.
- E) A Advocacia Geral da União tem por chefe o Procurador Geral da República.

Questão 24

Com relação à separação de poderes, assinale a alternativa correta.

- A) Os poderes Legislativo e Executivo estão submetidos ao poder Judiciário.
- B) A União não poderá intervir nos estados, mesmo que o livre exercício de qualquer dos poderes esteja comprometido em alguma unidade da federação.
- C) Os poderes Legislativo, Executivo e Judiciário são poderes da União independentes e harmônicos entre si.
- D) Apenas a Administração Pública direta do poder Executivo da União está sujeita aos princípios da legalidade, impessoalidade e moralidade.
- E) Pode ser abolida por meio de emenda constitucional.

Questão 25

Considerando os princípios do Direito Administrativo, assinale a afirmativa correta.

- A) O princípio da razoabilidade não integra o regime jurídico administrativo brasileiro.
- B) O princípio da publicidade estabelece que não haverá restrição do acesso a autos de processo administrativo.
- C) O princípio da moralidade administrativa, apesar de impor limitações ao exercício do poder estatal, não legitima o controle jurisdicional de todos os atos do poder público que transgridam valores éticos.
- D) O controle de legalidade dos atos administrativos pelo Poder Judiciário não ofende o princípio da separação dos poderes.
- E) O princípio da continuidade do serviço público não se relaciona com o dever de manter o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

Questão 26

O poder da Administração Pública de praticar determinados atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo corresponde ao poder:

- A) disciplinar.
- B) regulamentar.
- C) geral de cautela.
- D) discricionário.
- E) de polícia.

Questão 27

Com relação aos atos administrativos, assinale a alternativa correta.

- A) Apenas os atos administrativos vinculados são passíveis de apreciação pelo Poder Judiciário.
- B) Não estão sujeitos ao atributo da tipicidade.
- C) Os atos administrativos só são dotados de executividade quando a lei assim expressamente estabelecer.
- D) Gozam de presunção relativa de legitimidade e veracidade, devendo o prejudicado pelo ato provar que a Administração Pública agiu de forma ilegítima.
- E) São absolutamente indelegáveis.

Questão 28

Considerando o processo administrativo regido pela Lei nº 9784/1999, está correto afirmar que:

- A) o administrado só terá direito de ter ciência da tramitação dos processos em que seja interessado, ter vista dos autos e obter cópias se estiver assistido por advogado.
- B) o processo administrativo pode ser iniciado de ofício ou a requerimento do interessado.
- C) os atos do processo administrativo dependem sempre de forma determinada.
- D) o requerimento inicial do interessado não pode ser oral em hipótese alguma.
- E) são capazes, para fins de processo administrativo, apenas os maiores de 21 (vinte e um) anos.

Questão 29

Sobre o direito das obrigações, está correto afirmar que:

- A) a compensação é uma forma de extinção recíproca das obrigações.
- B) o devedor responde pelos prejuízos resultantes de caso fortuito ou força maior mesmo que tenha expressamente não se responsabilizado por eles.
- C) apenas o devedor originário pode pagar e extinguir uma dívida.
- D) se o credor receber prestação diversa da que lhe é devida, porém mais valiosa, é obrigado a aceitá-la.
- E) é ilícito convencionar o aumento progressivo do valor de pagamento de prestações sucessivas.

Questão 30

Com relação ao negócio jurídico, é correto afirmar que:

- A) se a incapacidade do agente que o celebra for absoluta, o negócio jurídico é anulável.
- B) os negócios jurídicos benéficos a apenas uma das partes se interpretam de forma restritiva.
- C) o sentido literal da linguagem prevalece sobre a intenção embutida na declaração de vontade.
- D) a validade da declaração de vontade dependerá sempre de forma especial.
- E) se realizado por agente relativamente incapaz, ensejará nulidade absoluta.

Questão 31

Sobre o tema da prescrição, assinale a afirmativa correta.

- A) A prescrição entre os cônjuges corre mesmo na constância da sociedade conjugal.
- B) A interrupção da contagem dos prazos de prescrição pode ocorrer mais de uma vez, desde que em todas as vezes se verifique a ocorrência das causas que a interrompem.
- C) A pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes prescreve em 1 (um) ano.
- D) A pretensão do segurado contra o segurador prescreve em 3 (três) anos.
- E) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo entre as partes.

Questão 32

Segundo a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) O instituto da repristinação no sistema jurídico brasileiro só é admitido de forma excepcional.
- B) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com lei revogada que trate do assunto.
- C) Salvo disposição em contrário, uma lei começa a vigorar no Brasil sessenta dias depois de oficialmente publicada.
- D) A revogação de lei anterior por lei posterior só ocorre nos casos em que sejam incompatíveis.
- E) A lei revogada é automaticamente restaurada se a lei revogadora tiver perdido a vigência.

Questão 33

Com relação às classes de bens, assinale a alternativa que descreve corretamente os considerados em si mesmos.

- A) O direito à sucessão aberta considera-se bem móvel para os efeitos legais.
- B) As energias que tenham valor econômico não são consideradas bens móveis para os efeitos legais.
- C) Os bens consumíveis são aqueles cujo uso importa na destruição imediata da própria substância.
- D) Consideram-se fungíveis os bens imóveis que não podem substituir-se por outros da mesma espécie e qualidade.
- E) Os bens móveis são aqueles capazes de sofrer alteração na sua substância ou na sua destinação econômico-social.

Questão 34

Sobre o instituto da tutela provisória, está correto afirmar que:

- A) a tutela de urgência pode ser concedida mesmo nos casos em que houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- B) não é cabível em grau recursal.
- C) na tutela de evidência, exige-se a comprovação do requisito do risco de dano grave, irreparável ou de difícil reparação.
- D) a concessão de tutela provisória em caráter incidental depende do pagamento das respectivas custas.
- E) a tutela de evidência só pode ser concedida liminarmente nos casos de prova exclusivamente documental apresentada pelo autor, acompanhada de tese firmada em casos repetitivos ou súmula vinculante, ou quando se tratar de pedido reipersecutório, com prova documental do contrato de depósito.

Questão 35

Assinale a alternativa correta com relação ao litisconsórcio.

- A) O litisconsórcio facultativo é sempre unitário.
- B) O juiz só pode limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes na fase de liquidação da sentença.
- C) O litisconsórcio necessário só ocorre nos casos de expressa disposição de lei.
- D) Para ser configurado, a conexão entre as causas deve ser tanto pelo pedido quanto pela causa de pedir.
- E) O momento de formação do litisconsórcio facultativo é sempre a petição inicial.

Questão 36

Sobre a petição inicial e seus requisitos, está correto afirmar que:

- A) sendo possível a citação do réu, a petição inicial não será indeferida caso ausente a informação sobre o endereço eletrônico do réu.
- B) será indeferida se o autor não se manifestar sobre a realização ou não de audiência de conciliação.
- C) será desde logo indeferida caso os documentos essenciais não acompanhem a petição inicial.
- D) os fatos expostos como causa de pedir na petição inicial podem ser alterados a qualquer tempo.
- E) o autor poderá emendar ou completar a petição inicial no prazo máximo de 10 (dez) dias.

Questão 37

Com relação ao mandado de segurança, assinale a alternativa correta.

- A) O prazo para o exercício do direito de requerer mandado de segurança se extingue 150 (cento e cinquenta) dias após a ciência, pelo interessado, do ato a ser impugnado.
- B) Pode ser interposto para proteger direito líquido e certo ainda que este possa ser amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*.
- C) É possível a condenação ao pagamento de honorários advocatícios em sede de mandado de segurança.
- D) O processo de mandado de segurança não comporta a interposição de embargos infringentes.
- E) Os direitos individuais homogêneos não podem ser protegidos por mandado de segurança coletivo.

Questão 38

Sobre o processo de execução, está correto afirmar que a(o):

- A) processo de execução fundada em título executivo extrajudicial tem existência autônoma e distinta do processo de conhecimento.
- B) conduta que frauda a execução não é considerada atentatória à dignidade da justiça.
- C) Ministério Público pode promover a execução forçada nos casos de sub-rogação legal ou convencional.
- D) exequente não tem direito de desistir da execução.
- E) execução só poderá ser proposta no foro de domicílio do executado.

Questão 39

Sobre o financiamento da seguridade social, está correto afirmar que:

- A) a retenção da contribuição para a seguridade social pelo tomador de serviço se aplica às empresas optantes pelo Simples.
- B) o auxílio-creche integra o salário de contribuição.
- C) é legítima a incidência da contribuição previdenciária sobre o décimo-terceiro salário.
- D) as parcelas pagas pelo empregador a título de horas extras, adicional noturno e de periculosidade não estão sujeitas à incidência de contribuição previdenciária.
- E) a contribuição previdenciária não incide sobre a comissão paga ao corretor de seguros.

Questão 40

Com relação aos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social, conforme estabelecido na Lei nº 8.213/1991, está correto afirmar que:

- A) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, é segurado obrigatório da previdência social como contribuinte individual, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- B) o empregado de organismo oficial internacional ou estrangeiro em funcionamento no Brasil é segurado obrigatório da previdência social na qualidade de trabalhador autônomo, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.
- C) na qualidade de contribuinte individual, é segurado obrigatório da previdência social a pessoa física residente no imóvel rural ou em aglomerado urbano ou rural próximo a ele que, na condição de pescador artesanal ou a este assemelhado, faça da pesca profissão habitual ou principal meio de vida.
- D) o brasileiro ou o estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa nacional no exterior são considerados segurados obrigatórios da previdência social na categoria de trabalhador avulso.
- E) o ministro de confissão religiosa e o membro de instituto de vida consagrada, de congregação ou de ordem religiosa não são segurados obrigatórios da previdência social.

Questão 41

Sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos funcionários públicos, está correto afirmar que:

- A) o servidor público titular de cargo efetivo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios ou o militar dos Estados e do Distrito Federal filiado a Regime Próprio de Previdência Social, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da federação, com ou sem ônus para o cessionário, ficará vinculado ao regime do órgão ou entidade para o qual foi cedido.
- B) os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos não estão obrigados a oferecer cobertura a um número mínimo de segurados.
- C) os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos poderão conceder benefícios distintos dos previstos no Regime Geral de Previdência Social, através de lei ordinária.
- D) a aposentadoria especial de servidores cujas atividades sejam exercidas sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física é regida pelas regras do Regime Geral da Previdência Social.
- E) os regimes próprios de previdência social dos servidores públicos não estão sujeitos às inspeções e auditorias de natureza atuarial, contábil, financeira, orçamentária e patrimonial dos órgãos de controle interno e externo.

Questão 42

Aquele que deixa de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, comete o crime de:

- A) sonegação de contribuição previdenciária.
- B) apropriação indébita.
- C) apropriação indébita previdenciária.
- D) estelionato previdenciário.
- E) concussão.

Questão 43

Com relação às prestações compreendidas no Regime Geral da Previdência Social, assinale a alternativa correta.

- A) As prestações incluídas no Regime Geral da Previdência Social não são devidas em razão de eventos decorrentes de acidente de trabalho.
- B) O segurado trabalhador avulso, que trabalhe por conta própria, sem relação de trabalho com empresa ou equiparado, não fará jus à aposentadoria por tempo de contribuição.
- C) O auxílio-acidente só pode ser concedido aos segurados obrigatórios da previdência social classificados como empregado, empregado doméstico, trabalhador avulso e segurado especial.
- D) Um dos benefícios que podem ser concedidos ao segurado é o abono de permanência em serviço.
- E) Ao dependente é assegurado o benefício do auxílio-doença.

Questão 44

Sobre o instituto da “desaposentação”, está correto afirmar:

- A) A vedação aos aposentados que permaneçam em atividade, ou a essa retornem, do recebimento de qualquer prestação adicional em razão disso é inconstitucional.
- B) A pretensão de “desaposentação” não encontra guarida no Regime Geral de Previdência Social.
- C) Trata-se de direito subjetivo constitucionalmente assegurado.
- D) As verbas de salário-família e reabilitação profissional não podem ser incluídas na “desaposentação”.
- E) Não necessita de previsão legal expressa.

Questão 45

Sobre o Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de João Pessoa, está correto afirmar que:

- A) a lei que o regula não abrange os ocupantes de autarquias.
- B) os benefícios por ele concedidos são aqueles exclusivamente previstos no Regime Geral de Previdência Social.
- C) o segurado em atividade que se ausentar da Administração Municipal, por motivo de concessão de licença ou afastamento, sem remuneração, nos termos do Regulamento, deverá, obrigatoriamente, contribuir para o IPMJP.
- D) os servidores em atividade e aposentados titulares de cargo de provimento efetivo do Município de João Pessoa, compreendendo os Poderes Executivo e Legislativo, incluídas as autarquias e fundações municipais, cujo ingresso deu-se nos termos da Lei Complementar n° 01, de 1990, não são considerados segurados do Instituto de Previdência do Município de João Pessoa (IPMJP).
- E) a perda da qualidade de segurado para o segurado em atividade não ocorre em caso de vacância do cargo público por falecimento.

Questão 46

Os segurados obrigatórios do Regime Geral de Previdência Social estão agrupados nas seguintes categorias:

- A) empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador autônomo, trabalhador avulso e diretor não empregado.
- B) empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador autônomo e segurado especial.
- C) empregado, empresário titular de firma individual urbana ou rural, trabalhador avulso e trabalhador autônomo.
- D) trabalhador autônomo, empresário, empregado, empregado doméstico e segurado especial.
- E) empregado, empregado doméstico, contribuinte individual, trabalhador avulso e segurado especial.

Questão 47

Sobre os crimes de abuso de autoridade, está correto afirmar que:

- A) o atentado à liberdade de locomoção não constitui abuso de autoridade.
- B) dentre as possíveis sanções administrativas contra o abuso de autoridade, a de demissão será sempre a bem do serviço público.
- C) constitui abuso de autoridade qualquer atentado ao sigilo de correspondência.
- D) o autor do crime de abuso de autoridade sujeita-se apenas à sanção administrativa.
- E) na noção de "autoridade" não se inclui quem exerce cargo público sem remuneração.

Questão 48

O funcionário público que se apropria de dinheiro de que tem a posse em razão do cargo comete crime de:

- A) emprego irregular de verbas públicas.
- B) enriquecimento ilícito.
- C) peculato.
- D) concussão.
- E) corrupção passiva.

Questão 49

Sobre os sujeitos ativo e passivo da infração penal, está correto afirmar que:

- A) os sujeitos ativos de infração penal menores de 18 (dezoito) anos não podem ser penalizados.
- B) uma pessoa jurídica pode figurar como sujeito ativo de uma infração penal.
- C) uma pessoa jurídica não pode ser sujeito passivo da infração penal.
- D) o sujeito ativo da infração penal deverá sempre estar determinado e individualizado pela lei.
- E) não podem existir dois ou mais sujeitos passivos de um mesmo crime.

Questão 50

Com relação à aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.

- A) A pena cumprida no estrangeiro não atenua a pena imposta no Brasil pelo mesmo crime.
- B) Os crimes cometidos no estrangeiro não se sujeitam à lei brasileira, ainda que o Brasil se tenha obrigado, por tratado ou convenção, a reprimi-los.
- C) A lei penal posterior, ainda que favoreça o agente, não se aplica a fatos anteriores.
- D) Aplica-se a lei brasileira aos crimes cometidos nas embarcações e aeronaves brasileiras a serviço do governo brasileiro, onde quer que se encontrem.
- E) Considera-se praticado o crime no momento da verificação do seu resultado, ainda que a ação ou omissão tenha se dado em outro momento.

Questão 01

Redija um texto utilizando no máximo 20 linhas sobre o seguinte tema: APOSENTADORIA RURAL POR IDADE, abordando, no mínimo, os seguintes aspectos:

- I. requisitos;
- II. prova material;
- III. características.

